





José Alberto Marques  
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

# Para mudar de agulha e evitar o desastre

## 4 razões para votar no dia 4 de outubro!

A educação tem “brilhado” pela ausência em todos os debates da pré-campanha eleitoral (escrevo a 14 de setembro). Deste modo, e após mais de quatro anos de ataque sem tréguas à Escola Pública, os partidos que se apresentam como candidatos à governação na próxima legislatura não consideram que a educação e formação dos filhos deste país constituam uma prioridade.

Perante este cenário, urge refletir sobre o desastre, para a democracia, que foi a política educativa do atual governo mas também sobre as perspetivas programáticas das diferentes forças políticas relativamente ao futuro.

### 1) Os cortes orçamentais na Escola Pública e o reforço do financiamento do ensino privado

Há números para todos os gostos. Mas, mesmo considerando apenas os dados com carimbo oficial verificamos que entre o final de 2010 e o final de 2014 o orçamento para a educação sofreu um corte de mais de 3.000 milhões de euros. Quase 2% do PIB! A meio do período, em 2012, o orçamento da educação representava 3,7% do PIB (de um PIB muito delapidado relativamente a 2010 o que aumenta a dimensão da catástrofe!) enquanto o orçamento médio dos 34 países da OCDE (que para além dos países da União Europeia engloba outros como a Turquia e o México) se cifrava em 6,1%. Esta política de dismantelamento da Escola Pública para financiar os juros astronómicos de uma dívida pública em grande parte ilegítima fez o país recuar mais de duas décadas em matéria de financiamento da educação. Mas, ao mesmo tempo, e apesar da

retórica da austeridade salvífica com aplicação universal, o financiamento do ensino privado teve incremento substancial.

A atual coligação, no poder desde 2011, escolheu a Educação, a par da Saúde e da Segurança Social, como sector a sacrificar prioritariamente, ignorando o seu papel potenciador de desenvolvimento do país e revelando de forma clara a sua opção ideológica: a Educação de qualidade não é um direito universal a que todos devem ter acesso; a Educação de qualidade deve estar reservada para quem possa pagar as instituições privadas, escandalosamente financiadas com dinheiros públicos, relegando a Escola Pública para um mero papel residual de certificação de mão de obra barata e pouco qualificada.

Assim, as Escolas Públicas continuam a ver-se impedidas de abrir turmas para as quais dispõem dos meios físicos e humanos, sendo essas turmas canalizadas para os privados, acompanhadas de largas somas que apenas se justificariam na ausência de capacidade de resposta pública.

Neste sentido, em 2015, o MEC anunciou, com legitimidade duvidosa, comprometer-se desde já com o financiamento de quase 540 M, em contratos de associação até 2020. Tratando-se de verbas oriundas do OE, pergunta-se como é possível comprometer os sucessivos OE que se encontram para além desta legislatura.

### 2) A Municipalização da Educação

Eis outro elo da corrente com que este governo procurou estrangular a Escola Pública na sua autonomia pedagógica, na qualidade do ensino que ministra e na sua independência face a uma lógica empresarial orientada para a redução de custos. Um bem eminentemente social como a Educação não se

destina a dar lucro financeiro, não é um negócio. É uma garantia do futuro do país, ao permitir educar e qualificar as novas gerações em ambiente de igualdade de oportunidades, através do trabalho de profissionais com carreiras dignas e em escolas modernas e bem equipadas.

O formato dos contratos já celebrados, alguns até de forma irregular e atropelando os pressupostos legais, evidencia a porta aberta à externalização de serviços e à privatização da Educação.

### 3) O desemprego docente

Sucessivas medidas, apelidadas de “reformas”, têm concorrido para uma diminuição brutal de professores nas escolas, professores que lhes fazem falta, que deixam de poder contribuir para o sucesso escolar dos alunos. Os mais de trinta mil professores que foram forçados a abandonar o sistema são consequência da implementação dos mega-agrupamentos, da reforma curricular, do aumento do número de alunos por turma, entre outras medidas destinadas à redução do peso da Escola Pública.

### 4) As condições de trabalho

Os últimos quatro anos aceleraram exponencialmente a degradação das condições de trabalho dos professores, investigadores e educadores. Horários de trabalho sobrecarregados, diluição do conceito de atividade letiva, atropelos vários ao ECD e outros estatutos de carreira. De tal modo que o seu desgaste físico e emocional atinge níveis muitas vezes insuportáveis, perante a indiferença da tutela que se preocupa apenas com o caminho que traçou para a privatização da parte mais significativa da Escola Pública.

Inverter este estado de coisas, entre muitas outras que não cabem no curto espaço de um editorial, é não só necessário como urgente. Infelizmente, os programas dos partidos que nos têm governado nas últimas décadas não apontam qualquer inversão significativa das atuais políticas no campo da educação. Será pois através da luta e da negociação que, a seguir ao processo eleitoral, os professores, educadores e investigadores farão valer as suas justas reivindicações e continuarão a lutar por uma Escola Pública de Qualidade para todos. Mas uma coisa é certa. É preciso travar a atual coligação de direita antes que o grau de destruição do Estado Social e concomitantemente da Escola Pública se torne irreversível.

O teu voto conta para isso e é indispensável! ■

# Nº7 setembro .2015

## SUMÁRIO



**2. Editorial.** José Alberto Marques

**4. Sugestões.** Sites

**5. Dossier.** Pensar a Educação. Portugal 2015

**14. Cidadania.** (I)literacia financeira: tapar o sol com a peneira

### **16. Escola/Professores**

- 16.** Entrevista. “Necessidade de estabilizar o corpo docente nas escolas”
- 18.** Ano escolar 2015-2016. Esclarecer,denunciar problemas e trabalhar no pós-eleições
- 19.** Abertura do ano letivo 2015/2016. Nem o arranque tardio disfarça os problemas
- 22.** E se o CCT AEEP/FENPROF caducar?
- 23.** Protestos, com música, em defesa do ensino artístico
- 24.** Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa
- 25.** Aposentados e pensionistas por um futuro digno
- 26.** Amnistia Internacional: Educação para os Direitos Humanos

### **27. Aos Sócios**

### **29. Consultório Jurídico**

Exercício de funções não docentes - condições de progressão e acesso na carreira



ficha técnica:

**Diretor:** José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lúgia Calapez (Jornalista). **Fotojornalista:** Paulo Machado . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha **Composição:** Luísa Pereira . **Revisão:** Luísa Pereira . SPGL . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fiálio de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.

## Sites

“O acesso aberto e livre à literatura e outros escritos tem sido considerado essencial para a educação e para a manutenção de uma sociedade aberta.” Isto pode ler-se na Internet, num dos afiliados do Project Gutenberg, e pode ser considerado uma base dos dois *sites* aqui apresentados.

Project Gutenberg  
<https://www.gutenberg.org/>



O Project Gutenberg foi o primeiro fornecedor de livros eletrónicos gratuitos (eBooks).  
 “Eu fui a primeira pessoa a escrever algo em um computador para o propósito

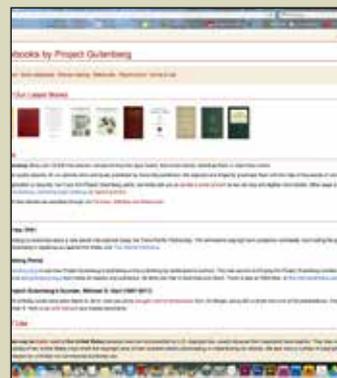
de criar um livro eletrónico que se tornaria o passo necessário para iniciar a criação de uma biblioteca pública eletrónica”, afirmou Michael S. Hart, fundador do Project Gutenberg.

O Projeto assume a forma de uma biblioteca digital de *ebooks* gratuitos. Atualmente inclui listas de livros, motor de busca, boletim de notícias, artigos e informações sobre como os utilizadores podem ajudar a criar mais.

A maior parte dos livros eletrónicos do Project Gutenberg estão no domínio público. Podem ser impressos, distribuídos, convertidos para outros formatos ou redistribuídos de forma inalterada.

Presentemente existe uma opção de busca de livros (e não só) em português (entre outras línguas). É possível, por exemplo, encontrar as revistas *Orpheu* nº 1 e nº 2, poesias de Bocage ou os *Lusíadas* de Camões.

O Project Gutenberg está associado ainda a um novo serviço de publicação on-line por autores contemporâneos. O portal tem o endereço [self.gutenberg.org](http://self.gutenberg.org) e todos os itens são livres para descarregar e partilhar.



Open Culture  
<http://www.openculture.com/>

Open Culture pretende ser o melhor *media* cultural e educativo gratuito na Internet. Tem cursos gratuitos, filmes, *ebooks*, livros de áudio, palestras e muito mais.

No site podem-se encontrar filmes de Tarkovsky ou de Hitchcock, cursos de línguas entre outros, palestras de Jorge Luis Borges, Margaret Atwood ou Carl Sagan, livros de Asimov, Jane Austen, Philip K. Dick, F. Scott Fitzgerald, Neil Gaiman, Tolstoy, Dostoevsky, Shakespeare, Ernest Hemingway, Virginia Woolf, James Joyce e outros mais.

A missão de Open Culture é reunir *media* cultural e educacional de alta qualidade para a comunidade mundial em aprendizagem permanente. Considera que a Internet nos tem dado grandes quantidades de áudio e vídeo inteligente. É tudo gratuito. É tudo enriquecedor. Mas também se encontra espalhado por toda a Internet, e não é fácil de encontrar. Assume como missão centralizar este conteúdo, trabalhá-lo e dar acesso a este conteúdo de alta qualidade.

Open Culture assegura que respeita os artistas e os proprietários dos direitos de autor.



# Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO ONLINE Nº7 setembro 2015

## ■ “Pensar a Educação. Portugal 2015”

“Partimos do convencimento de que a educação deve ser assumida como um desígnio coletivo, um património ou *tesouro* comum”. Este o ponto de partida, salientado por Manuela Silva na apresentação, em conferência realizada em maio de 2015, de um aprofundado estudo sobre a Educação em Portugal.

“Pensar a Educação. Portugal 2015”, de que aqui publicamos o essencial da síntese contida na referida apresentação, desdobra-se em dois grandes blocos. Uma primeira parte com as traves mestras que deverão estar presentes na construção de um projeto de Educação para Portugal. E uma segunda parte em que se apresentam propostas específicas para as diferentes áreas educativas, desde a educação da infância à organização, administração e funcionamento do sistema educativo.

Vale a pena ler. E refletir. ■



# Educação: desígnio coletivo, património comum

“Partimos do convencimento de que a educação deve ser assumida como um desígnio colectivo, um património ou “tesouro” comum, e constituir, por conseguinte, uma preocupação, que deve ser atentamente cuidada por toda a sociedade, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir a igualdade de oportunidades de acesso (e sucesso) a uma educação de qualidade, segundo padrões claramente definidos e politicamente consensualizados”. Este o primeiro ponto destacado, na conferência de encerramento da Conferência Pensar a Educação. Portugal 2015, por Manuela Silva, na apresentação das coordenadas que, com base num estudo extenso e fundamentado<sup>1</sup>, deverão estar presentes na construção de um projecto de Educação para Portugal nos próximos anos.

## Traves mestras

Reconhecemos que a educação é, antes de mais, um **factor nuclear da construção da felicidade e da realização de cada pessoa**, no plano individual e societal, bem como um requisito determinante do desenvolvimento cultural, científico e socioeconómico, um factor da prosperidade colectiva, da sustentabilidade ambiental e da coesão social.

Assim sendo, a educação deve merecer lugar de destaque em todas as políticas públicas, na sua definição, implementação e avaliação, e constituir preocupação permanente de toda a sociedade.

A educação dirige-se a toda a população em qualquer etapa de vida, mas, enquanto projecto educativo, reveste particular relevância no que concerne à formação das gerações mais novas e no que diz respeito ao segmento da população adulta com défice de educação básica.

Pela sua importância, a educação não pode ficar à margem das agendas políticas dos partidos e das suas propostas, da Assembleia da República e das suas iniciativas legislativas, dos Governos, das Autarquias, das Universidades, dos média, da intelectualidade e dos cidadãos em geral. Trata-se de uma questão que a todos diz respeito, um desígnio que importa ao nosso presente e ao nosso futuro. Por isso nos envolvemos neste projecto. Por isso aqui estamos.

A construção de um **projecto educativo** assenta, necessariamente, num conjunto de pressupostos relativamente aos objectivos visados, aos valores que os informam, aos actores que os concretizam e à delimitação de responsabilidades entre o sector



público e o sector privado. Sucede, porém, que, muitas vezes, estes pressupostos não são devidamente clarificados nas políticas educativas. Não desejamos incorrer nesse erro e, por isso, entendemos tornar explícitos os pressupostos que consideramos fundamentais, o que faremos de seguida.

- A educação visa, em primeiro lugar, reconhecer e potencializar as capacidades de cada pessoa, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a sua realização pessoal, dotando-a de ferramentas para, ao longo da vida, progredir no conhecimento e na criatividade, na participação na actividade económica e na vida cultural e cívica da sociedade a que pertence.

- A educação deve ser pensada, tendo em conta o seu contributo para um projecto de desenvolvimento para toda a colectividade, que, além do crescimento económico, contemple a coesão social, a sustentabilidade ambiental e a prossecução da paz entre os povos.

- A educação deve ter por matriz a Declaração Universal dos Di-

reitos Humanos e a Constituição da República Portuguesa, assentando num conjunto de valores, consensualizados como fundamentais.

- Ao Estado compete proporcionar a todos os cidadãos e cidadãs a igualdade de acesso no que diz respeito a uma educação básica, segundo os melhores padrões de qualidade, e garantir a eficiência do sistema educativo, incluindo o seu aperfeiçoamento contínuo na base da investigação e da avaliação permanentes. Ao Estado cabe, ainda, assegurar a investigação e o ensino de nível superior e criar condições de igualdade de oportunidades, neste nível de ensino e de investigação, a quantos o procuram, independentemente dos respectivos recursos económicos.

A educação é missão de toda a sociedade. Esta deve aprender a valorizar a educação e a cuidá-la como seu património imaterial, competindo ao Estado, o dever de colaborar com a sociedade para que esta se assuma como sociedade educativa.

Entendemos que a educação,

nos seus vários níveis, comporta, sempre, **duas vertentes nucleares**:

- A criação e a transmissão de conhecimento, incluindo a aquisição de ferramentas para a sua apropriação crítica ao longo da vida e para a construção do próprio saber;
- A formação para o desenvolvimento humano integral de cada pessoa e para o exercício de uma cidadania responsável.

Consideramos que o conceito de educação que deve informar o projecto educativo tem de preencher os seguintes requisitos:

- Ter presente o carácter dinâmico das sociedades e integrar uma visão prospectiva das transformações que ocorrem, no País e no Mundo;
- Integrar uma visão crítica do passado e, por essa via, aprofundar o enraizamento das novas gerações nas tradições e nos valores herdados, desde que criticamente assumidos, e promover a identidade e a afiliação das diferentes gerações;
- Formar para o cuidado de si e dos outros, concorrendo para a autonomia do sujeito e para a sua responsabilização por si mesmo, pelos outros e pelo Planeta;
- Assumir explicitamente e transmitir a dimensão ética da vida e os valores universais e constitucionais.

A nosso ver, é fundamental que um conceito abrangente de educação mereça o devido entendimento e atenção por parte dos docentes e demais pessoal técnico e auxiliar, dos alunos, dos encarregados de educação e de toda a comunidade e que esse conceito sirva de referência permanente na elaboração, concretização e avaliação de todas as políticas educativas.

● Não é possível dissociar a qualidade e a eficiência de um sistema educativo do seu **corpo de profissionais**, com destaque para os professores e educadores, mas sem esquecer outros técnicos, administrativos e pessoal auxiliar.



São todos estes profissionais que, no exercício quotidiano das suas actividades, dão corpo a um dado projecto educativo e concorrem, decisivamente, para o seu sucesso e desenvolvimento. Importa, pois, que todos os profissionais estejam devidamente esclarecidos sobre o projecto educativo adoptado e motivados para o bom desempenho das suas funções, tenham adquirido a devida competência para o exercício das mesmas, vejam assegurada a desejada estabilidade no seu posto de trabalho e tenham perspectivas de uma carreira profissional bem definida e valorizada.

Em particular, no que se refere aos docentes, há que reconhecer que, presentemente, recai sobre eles uma carga burocrática desmesurada que asfixia a necessária criatividade e a disponibilidade para a função docente propriamente dita e obriga a pesado fardo sobre a sua vida pessoal e familiar, a que acresce uma significativa e inaceitável desvalorização social da profissão, o que

origina desinteresse e frustração. Há que reverter, com urgência, esta situação.

Assim sendo, propomos:

- Uma acção estratégica de valorização e dignificação da missão do professor e educador junto dos encarregados de educação e da opinião pública em geral, a par de uma urgente redefinição do estatuto do professor e o restabelecimento imperioso da sua autoridade na sala de aula e em todo o espaço escolar;
- A definição e a aplicação de regras claras de acesso, avaliação e progressão na carreira, através de uma revisão adequada da legislação em vigor;
- A criação de condições de estabilidade nos postos de trabalho de todo o pessoal docente e não docente, repudiando a cultura do descartável e afirmando a ideia de uma comunidade de trabalho estável e corresponsável;
- A criação de equipas multidisciplinares de intervenção em áreas como a saúde, o serviço social, o apoio psicológico, a assistência



jurídica, etc., de modo a libertar os docentes destas tarefas, ainda que sem os dissociar inteiramente da participação nas mesmas;

- A desburocratização do exercício da função docente;
- O investimento na formação permanente do pessoal docente e não-docente, a cargo da entidade empregadora, Estado ou particulares, e obrigatoriamente integrada nos respectivos horários de trabalho;
- A atribuição de incentivos à investigação em domínios científicos e pedagógicos relacionados com a actividade docente e a difusão do novo conhecimento nas comunidades educativas.

Qualquer proposta de projecto educativo não pode descurar o desenho do **modelo de gestão** dos estabelecimentos escolares, designadamente o seu grau de autonomia e a sua articulação com os níveis superiores de decisão política.

A legislação em vigor sobre a organização do ensino público obri-

gatório tem conduzido à constituição de agrupamentos escolares que vieram secundarizar, ou mesmo anular, a figura tradicional da escola, enquanto estabelecimento de ensino e comunidade educativa, desejavelmente dotada de autonomia relativamente à gestão corrente e à construção de um projecto educativo próprio, ainda que sempre enquadrado no plano educativo nacional.

Entendemos que o actual modelo de gestão não favorece as relações humanas, a responsabilização, a confiança, a criatividade e o sentido colaborativo entre todos os intervenientes no processo educativo, condições indispensáveis para a construção de um projecto educativo participado e devidamente assumido por todas as pessoas que o devem concretizar.

Neste entendimento, propomos que sejam tomadas, entre outras, as seguintes medidas:

- Avaliação e revisão urgentes da constituição dos actuais agrupamentos, por forma a garantir uma

gestão de proximidade e de cariz humano dos estabelecimentos escolares e a assegurar a democracia interna no seu funcionamento;

- Aprovação de legislação e adopção de práticas administrativas que ponham termo a uma centralização excessiva que conduz ao anonimato e ao reforço da burocracia e, em muitos casos, desenvolve entropias difíceis de identificar e corrigir, mas que se traduzem sempre em custos ocultos que obstam à eficiência e à eficácia do sistema;

- Revisão urgente dos critérios que estão em uso para a avaliação do desempenho da gestão dos agrupamentos, porquanto tais critérios frequentemente induzem tomadas de decisão incorrectas quando apreciadas numa perspectiva de qualidade da educação pública e sua adequação às necessidades da sociedade e da sustentabilidade do sistema no futuro;

- Actualização da Lei de Bases do Sistema Educativo através de uma participação alargada dos vários actores e forças políticas, de modo a construir um amplo consenso político em torno de um projecto educativo para os próximos 10-15 anos com o correspondente desenho de um sistema educativo eficiente.

A este propósito, temos de referir que vemos com muita preocupação a deriva de **municipalização do ensino público** já concretizada por legislação recente e em vias de implementação em alguns municípios e alertamos para os riscos que tal opção política comporta.

Receamos que se trate de um perigoso retrocesso na prossecução de um objectivo de educação de qualidade com igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, tendo em atenção as desigualdades de capacidades que se conhecem entre regiões e municípios e que se repercutirão, necessariamente, na qualidade das respectivas ofertas educativas e na disponibilidade dos apoios sociais.

Acresce que a intenção e a legiti-

midade de tais medidas são tanto mais ambíguas e discutíveis, quanto é certo que não foram acompanhadas por legislação adequada no âmbito da gestão das finanças públicas ou da autonomia da escola nem no quadro de órgãos intermédios próprios, as Regiões, constitucionalmente previstas, mas ainda não implementadas.

● Por outro lado, preocupa-nos, também, uma certa nebulosa que parece pairar sobre a intenção po-

lítica de maior **privatização da educação básica**. Aceitando, e até valorizando, a complementaridade entre subsistemas público e privado, reafirmamos que o Estado não deverá delegar em terceiros funções de regulação dos processos educativos ou confiar ao mercado a regulação entre a oferta e procura e, menos ainda, fomentar, através de incentivos financeiros, uma concorrência agressiva entre o sector público e o sector privado.

Do mesmo modo afirmamos que

também só ao Estado pode competir a implementação e a regulação de uma indispensável estratégia nacional de desenvolvimento do conhecimento, designadamente a criação das infraestruturas necessárias à sua produção e difusão, bem como providenciar os adequados recursos financeiros, materiais e humanos para a sua concretização, ainda que para tanto seja desejável contar com o mecenato.

## Áreas educativas específicas



### Sobre a educação da infância

Defendemos a necessidade de uma política nacional da infância que apoie as famílias na sua missão educativa e no cuidado das crianças a seu cargo e proporcione número suficiente de creches e de jardins-de-infância localizados na proximidade das áreas de residência ou de trabalho dos pais.

Recusamos a tendência para uma precoce escolarização redutora da educação da infância e defendemos que esta deve manter a sua

especificidade quanto a objectivos e metodologias.

Merece-nos particular atenção a qualidade da formação inicial e continuada das educadoras e educadores de infância e a valorização da respectiva carreira profissional, pelo que consideramos pertinente proceder a uma avaliação dos cursos e programas das escolas superiores de educação e de outras entidades capacitadas para formar e certificar a qualificação de ingresso de profissionais em creches e jardins-de-infância. Há que promover a conscientização da sociedade e dos actores de decisão política sobre a importân-

cia do investimento na educação da infância e sobre a necessidade de uma política nacional para a infância.

### Sobre a Educação obrigatória

A universalização da escolaridade obrigatória representa para a escola um desafio de integração de situações cada vez mais diversificadas: crianças oriundas de contextos socioeconómicos heterogéneos, com enormes assimetrias e desigualdades, com pertenças culturais distintas, integradas em situações familiares múltiplas, em muitos casos com contextos de trabalho e de alojamento adversos.

A universalização da escolaridade obrigatória não foi acompanhada pelas necessárias alterações de fundo a nível do modelo escolar. Com efeito, este persistiu nos processos pedagógicos e organizacionais uniformes, incapazes de responderem à diversidade, o que está na origem de graves problemas de insucesso educativo e de abandono escolar precoce.

Em particular, têm de ser avaliadas e repensadas as seguintes matérias: a estrutura de ciclos no ensino básico e respectivos currículos, as condições de en-

quadramento pedagógico das trajectórias escolares, o peso excessivo dos exames e das provas nacionais, os agrupamentos de escolas com uma dimensão e uma abrangência manifestamente inadequadas ao exercício da missão educativa e social das instituições escolares, a indefinição

## Sobre a educação de crianças com necessidades especiais

Reconhecemos que, não obstante existir uma percentagem significativa dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), estes não estão a receber, informal ou formalmente, uma educação apropriada às suas características e necessidades.

Face à escassez de literatura nesta área, entendemos que é

dos cursos profissionais e respectivas equivalências no prosseguimento de estudos, a natureza terminal dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, libertando-os da excessiva dependência em relação ao acesso a formações de nível superior.

necessária e urgente a realização de estudos, a nível nacional, que proporcionem conhecimento relativamente às percepções da sociedade em geral no que se refere aos problemas das crianças e adolescentes com NEE e ao imperativo da sua inclusão, mas também acerca das atitudes e comportamentos dos pais e dos

profissionais de educação, designadamente professores e educadores.

Defendemos que o Orçamento do Estado deve providenciar os necessários recursos humanos e financeiros para a educação de crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais e que o Ministério da Educação se dote das competentes estruturas de orientação, direcção e coordenação neste âmbito da educação de crianças e adolescentes com necessidades especiais.



## Sobre o ensino superior e a investigação

O ensino superior e a investigação científica que lhe está, necessariamente, associada constituem uma componente fundamental de um projecto educativo nacional, tanto pelas suas implicações na formação e qualificação da população de um País como pelo seu impacto indirecto no desenvolvimento da economia, no progresso do conhecimento científico e no bem-estar social.

Assim sendo, o ensino superior deve cuidar da criação do conhecimento e da sua difusão ao serviço da sociedade bem como preocupar-se com a transmissão de valores e referenciais éticos.

De entre o conjunto de propostas que apresentamos no texto final do nosso projecto, permitimo-nos destacar as seguintes:

- Garantia por parte do Estado de um financiamento base que permita o funcionamento corrente das instituições de ensino superior e de investigação e um financiamento complementar assente em contratos-programa que viabilizem e premeiem a qualidade;
- Adopção de medidas que visem

o alargamento da base social de recrutamento e previnam o elitismo;

- Redefinição da rede pública de ensino superior de modo a fomentar a colaboração e a complementaridade entre as várias instituições (universidades e institutos politécnicos);
- Reforço da democraticidade interna da gestão das instituições;
- Avaliação regular do desempenho, segundo critérios que salvaguardem a qualidade e a eficiência de cada unidade orgânica e do sistema no seu conjunto.



### Sobre a educação da população adulta

A educação da população adulta deve ser vista à luz de uma perspectiva abrangente e multidimensional que inclua as seguintes componentes: a alfabetização e a literacia básica, as diversas modalidades de educação (formal, não formal e informal), a formação profissional e as dinâmicas sociais e culturais que tenham por objectivo a superação das desigualdades, a promoção do desenvolvimento e a construção de uma cidadania esclarecida e responsável.

No plano individual, a educação da população adulta deve visar o desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa, incluindo a sua capacidade de conhecer e de interpretar a realidade e de agir sobre o mundo.

Reconhecemos que, depois de 1974, têm sido tomadas medidas relevantes no âmbito da educação da população adulta, mas temos de admitir que têm faltado avaliação, continuidade e persistência na prossecução de uma política de educação da população adulta, sendo que continuam a existir défices elevados de formação básica e de qualificação.

Neste entendimento, consideramos da maior pertinência as seguintes orientações:

- Avaliação das anteriores políticas de educação da população adulta e aproveitamento dos seus resultados para a definição e implementação de uma estratégia de médio prazo de educação e qualificação da população adulta;
- Criação de uma unidade orgânica especificamente orientada para a educação da população adulta, com competência para definir objectivos e metas nacionais, para estabelecer critérios de certificação e equivalências e para assegurar avaliação e inovação permanentes.
- Adopção de incentivos que promovam a participação das instituições de ensino superior na reflexão, no desenho, na implementação e avaliação de novas propostas de intervenção no âmbito da educação de adultos;
- Criação de condições para que os estabelecimentos escolares prevejam nos seus projectos educativos acções específicas destinadas aos adultos;
- Acção de sensibilização das Autarquias e das organizações da sociedade civil no sentido do seu empenhamento em projectos de educação da população adulta dos seus respectivos territórios e âmbitos de intervenção.



### Sobre a formação dos professores e educadores

A formação de professores e educadores é um dos vectores fundamentais da concepção, organização e desenvolvimento do sistema educativo e não é possível compreendê-la, discuti-la ou perspectivar o seu futuro fora de um quadro de valores que, em

cada momento histórico, inspiraram a sociedade e a acção política.

Em nosso entender, e como já anteriormente referimos, há razões que justificam que se proceda a uma avaliação rigorosa dos currículos e dos programas dos cursos oferecidos pelas instituições de formação académica de professores e educadores e se proceda aos ajustamentos que forem requeridos para garantir uma formação inicial de professores e educadores de qualidade.

Por outro lado, reconhecemos que o exercício da profissão de professor e educador exige uma formação contínua e, para o desempenho de determinadas funções, uma formação específica, as quais devem ser proporcionadas aos interessados pelos seus empregadores e realizadas dentro dos respectivos horários de trabalho.

### Sobre a organização, a administração e o funcionamento do sistema educativo

Subentendemos que se mantém vigente a Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, ainda que com múltiplas alterações introduzidas por decreto ou através de meras normas administrativas. Defendemos, por isso, que a lei-quadro do sistema educativo merece ser objecto de revisão e de actualização em sede parlamentar com base num consenso político alargado que obrigue os governos à sua respectiva implementação e dê, aos actores do sistema educativo e aos cidadãos em geral, um quadro de referência claro, estável, capaz de trazer a desejada segurança ao sistema e às pessoas que dele fazem parte. Nesse sentido, apontam-se algumas propostas cuja definição e implementação consideramos da maior urgência. Salientamos, porém, que as mesmas não devem ser adoptadas como medidas avulsas, como tem sucedido no passado recente, mas integradas numa visão prospectiva que, ten-



do em conta a realidade presente, corrija as disfuncionalidades encontradas e aponte uma orientação clara na construção de um projecto educativo que assegure a todas as pessoas igualdade de oportunidades de uma educação de qualidade.

Assim sendo, sublinhamos os seguintes tópicos a considerar na configuração de uma necessária reforma do sistema educativo no que respeita à sua organização, administração e financiamento:

- Garantia de uma escola para todos, uma escola inclusiva que apoie psicológica, pedagógica e financeiramente todos os estudantes na medida das suas necessidades, incluindo as crianças e os jovens com necessidades educativas especiais;

- Definição de um sistema educativo nacional, com currículos nacionais, susceptíveis de serem localmente completados;

- Criação de condições para uma gestão efectivamente democrática das escolas que seja promotora de processos de negociação e de compromisso com os órgãos de poder local;

- Provisão por parte do Estado de um financiamento que permita o funcionamento corrente digno de cada escola e agrupamento e que possibilite e premeie a quali-

dade do respectivo desempenho;

- Avaliação urgente dos efeitos da criação dos agrupamentos sobre a qualidade da educação e impactos colaterais nos territórios e nas condições de trabalho e dignificação do pessoal docente e não docente;

- Adopção de incentivos à associação voluntária de escolas (horizontal e/ou vertical) em torno de projectos de educação e de intervenção articulados com a comunidade, tendo em conta os seus problemas e potencialidades;

- Redefinição da rede pública de ensino básico e secundário que permita e fomente a colaboração das várias instituições sem o freio de um agrupamento obrigatório;

- Reafirmação do princípio constitucional da responsabilização do Estado pela educação o que implica a rejeição de qualquer deriva de municipalização do ensino público, sem prejuízo do bom entendimento e cooperação com as autarquias e outras organizações locais;

- Clarificação e aprofundamento do estatuto da escola pública, actualmente espartilhada entre o centralismo estatal e uma tendência para uma municipalização

fundamentalista e acrítica da educação;

- Revisão das actuais políticas de gestão, de modo a prevenir e a combater a crescente despersonalização nas relações humanas e a desconfiguração da entidade escolar como comunidade educativa;

- Reforço da autonomia pedagógica de cada escola, clarificando e valorizando o papel dos professores e educadores, encarregados de educação, funcionários e direcção e colocando a escola ao serviço do bem comum;

- Implementação de modelos de formação inicial e contínua de professores e educadores que avaliem, além dos conhecimentos em áreas específicas, as capacidades para o exercício da docência e para o desempenho das demais funções educativas e de relacionamento com a comunidade;

- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho, designadamente analisando os resultados académicos à luz do respectivo contexto local, social, económico e cultural. ■

Notas:

i [http://fundacao-betania.org/ges/Educacao2015/PENSAR\\_A\\_EDUCA%C3%87%C3%83O-TEXTO-FINAL.pdf](http://fundacao-betania.org/ges/Educacao2015/PENSAR_A_EDUCA%C3%87%C3%83O-TEXTO-FINAL.pdf)



## *(I)literacia financeira: tapar o sol com a peneira*

Joaquim Jorge Veiguinha

**D**epois do corte dos apoios às escolas de música, da subalternização cada vez maior das ciências sociais e humanas e das artes e expressões nos currículos do ensino básico e secundário, do desaparecimento em inúmeras escolas da Educação

Cívica, foi introduzida na rede pública de ensino, com financiamento de uma organização privada, a *Junior Achievement Portugal*, a disciplina, por enquanto optativa, de “empreendedorismo” que envolveu 2000 alunos de todos os ciclos de ensino<sup>1</sup>. Na mesma ótica, e numa vertente mais institucional consagrada na Resolução nº75/2015 da Assembleia da República, eis que surge

uma nova ‘opção’ curricular, a ‘literacia financeira’.

Num artigo publicado no diário *Público* de 2.08.15, José António Moreira, associado do Observatório de Economia e Gestão da Fraude (OBEGEF) define “iliteracia financeira” como “a incapacidade dos cidadãos fazerem julgamentos informados e terem decisões concretas tendo em vista a gestão do

dinheiro”. Após esta definição aparentemente inócua, o autor não resiste em fazer uma extrapolação: se os lesados do BES que julgavam estar a subscrever uma aplicação financeira “sem risco”, coisa que, no seu entender, não existe, tivessem um “simples conhecimento da relação risco-rentabilidade” talvez não tivessem sido defraudados.

Poderá deduzir-se que a fraude perpetrada pelos responsáveis do BES que traíram a confiança de milhares de depositantes para tentarem cobrir gigantescos buracos financeiros sem fundo, a que se juntou a apatia do governador do Banco de Portugal que antes do ‘crash’ assegurou que os depositantes estavam a subscrever valores mobiliários seguros, deveu-se mais à iliteracia financeira dos pequenos investidores do que às manobras especulativas dos grandes profissionais de uma prestigiada banca de depósitos transformada numa banca de negócios de elevado risco. Isto é tanto mais verdade quanto mais pensarmos que nada é dito em defesa do reforço dos mecanismos bancários de supervisão para evitar estes fenómenos cada vez mais recorrentes em Portugal – o BPN e o Banco Privado foram outros dois casos que nada tiveram a ver com a iliteracia financeira dos lesados com a sua falência fraudulenta –, bem como da necessidade imperiosa do agravamento das penas aplicáveis aos verdadeiros responsáveis por estes crimes. Nada disto é, porém, proposto, pelos apologistas da literacia financeira. Para estes abrir-se-ia um futuro radioso, em que provavelmente o espectro das crises financeiras resultantes da especulação sem controlo seria superado, se o cidadão comum soubesse gerir adequadamente os seus orçamentos familiares. Para Maria Amélia Cupertino de Miranda, Presidente da Fundação Cupertino de Miranda, com sede no Porto, uma das responsáveis do programa significativamente intitulado “no

poupar é que está ganho”, que envolve há mais de cinco anos mais de 5000 alunos de escolas públicas na capital do Norte, “se as pessoas se habituarem, desde novas, a interiorizar conceitos como a poupança, a planear gastos, a gerir orçamentos, saberão estar atentas e ir adaptando o seu conhecimento à medida que as coisas vão ficando mais complexas” (*Público*, 29. 08.15). Este programa que se pretende implantar não apenas nas escolas do Porto mas em todo território nacional é apoiado pelo Banco de Portugal, Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

É necessário fazermos duas observações a propósito disto. A primeira é que não é a ‘boa gestão’ dos orçamentos familiares que poderá evitar as consequências catastróficas das crises geradas pela especulação financeira, porque já Aristóteles distinguiu rigorosamente a ‘oikos’, isto é, a economia doméstica, da economia política, ou seja, a economia da ‘polis’ que não é o resultado de um somatório discreto de orçamentos familiares, mas algo que se rege por leis completamente distintas, quanto mais não seja porque, como reza o princípio lógico elementar, “o todo é maior do que a soma das partes”. A segunda é que, como provou Keynes, não é o poupar que gera ganhos, pois a poupança reduz-se, no fundo, a uma mera abstenção do consumo. É, pelo contrário, o investimento produtivo, variável autónoma que nada tem a ver com a generalidade das decisões individuais de poupança dos particulares, que gera emprego do qual resulta o aumento do rendimento disponível gerado na economia que, depois, será canalizado para o consumo e a poupança. O mais grave de tudo isto é que de forma sub-reptícia este programa visa fazer passar a mensagem de que a crise de 2011 em Portugal que suscitou a

intervenção da ‘troika’ não teve a sua origem no setor bancário europeu sobrecarregado de ativos sem valor provenientes das hipotecas de alto risco norte-americanas, mas no simples facto de que o cidadão médio português vivia acima dos próprios meios, em grande parte pela sua ‘iliteracia’ financeira e, por conseguinte, teve que ser severamente punido por uma cura draconiana de austeridade e empobrecimento. Se os portugueses – dizem alguns – não fossem uns despesistas patológicos talvez nada disto tivesse acontecido. Particularmente iluminante a este respeito é a afirmação de um responsável do Novo Banco para quem a literacia financeira poderia ensinar a uma família com um rendimento mensal de 500 euros a poupar 400 euros por ano se... “reduzir no café no dia-a-dia” (*Público*, 3. 7. 15).

Certamente que este responsável não pertence a uma família que aufer um rendimento de 500 euros e possui mais de um filho em idade escolar. Mas isto prova apenas que, em geral, a poupança não gera riqueza, mas é apenas uma abstenção do consumo e, por conseguinte, é totalmente estéril. No entanto, o projeto de literacia financeira cujo lema é o *slogan* “no poupar é que está o ganho” deverá, como refere Maria Amélia Cupertino de Miranda, ser adaptado pelas suas virtudes taumatúrgicas aos diversos escalões etários, pois “fornece conteúdos credíveis, define objetivos, prioridades, conceitos e metodologia, disponibiliza recursos, dá formação aos professores, monitoriza o trabalho, dispõe de métricas de avaliação adaptadas a cada ciclo de ensino” (*Público*, 29. 08. 15).

Em suma, como diz o provérbio popular, “é de pequenino que se torce o pepino”. ■

Notas: Ver: Veiguinha, Joaquim Jorge – “Vem aí o empreendedorismo”, *Escola-Informação*, nº 269, Julho/2015, p. 13.



## “Necessidade de estabilizar o corpo docente nas escolas”

Anabela Delgado, membro da Direção Central do SPGL, em entrevista à Escola Informação Digital, aborda as questões relacionadas com a colocação de professores e as propostas dos sindicatos.

---

**Sofia Vilarigues**  
Jornalista

---

### Como avalia o SPGL o processo de colocação de professores neste ano letivo?

Esta questão tem de ser entendida à luz da enorme confusão que ocorreu no ano passado! O processo de colocação está a decorrer com normalidade dentro do quadro legal que regulamenta o processo que, importa recordar, não teve o aval da FENPROF no âmbito da sua negociação. Há alguns problemas mas, a maioria, não decorre

de aspetos técnicos mas da legislação que orienta o processo. Quanto aos problemas de ordem técnica esperamos que venham a ser resolvidos rapidamente pois normalidade no processo de colocação de professores é o que se exige da Administração!

### Existiram situações anómalas, ou mesmo ilegalidades, no processo de colocação de professores este ano?

Situações anómalas num processo que envolve milhares de pessoas são compreensíveis desde que haja vontade da Administração em resolvê-las a tempo; a não ser assim, algumas dessas situações irão ter de ser tratadas no âmbito jurídico e, nesse caso, poderão configurar alguma ilegalidade.

Estamos a acompanhar alguns casos e solicitámos, no âmbito da FENPROF, reunião à Direção Geral para analisar essencialmente questões relativas à mobilidade interna dos docentes dos quadros, às permutas e ao funcionamento da Bolsa de Contratação de Escola, a famosa BCE que contestamos mas que continua a existir e a dar alguns problemas aos professores e às escolas!

### Quais têm sido as ações do SPGL relativamente a este processo de colocação de professores?

A ação do SPGL relativamente ao processo de colocação dos professores é sempre, numa primeira fase, de esclarecimento e de apoio aos associados que se dirigem aos delegados e dirigentes sindicais nas escolas e, um apoio mais técnico, particularmente no período de candidatura e de

publicação das listas de ordenação e colocação, prestando Serviço de Apoio a Sócios que funciona na Sede e nas Delegações.

### **Que situações concretas têm chegado ao Sindicato? O que tem sido possível ao SPGL fazer, nestes casos?**

Infelizmente a maioria das questões que nos chegam são problemas decorrentes da não colocação por via da premeditada diminuição de horários nas escolas; ultrapassagens, estas, na maioria originadas pela aplicação da legislação que regulamenta os concursos que temos vindo a contestar e a propor alterações. Sobre este primeiro conjunto de questões continuamos a reivindicar alterações, não só à legislação mas também das políticas educativas que têm reduzido drasticamente postos de trabalho com evidente prejuízo para a Escola Pública. Depois há os casos mais minuciosos relativamente aos quais se ajuda a formular reclamações e/ou recursos com o apoio dos serviços jurídicos, casos que, tanto quanto possível, são depois acompanhados pelos dirigentes responsáveis pelas várias frentes de trabalho.

### **Quais os números das colocações?**

Ao falar de números importa referir a enorme redução do número de docentes que ocorreu nos últimos anos, fruto das políticas prosseguidas e aprofundadas pela coligação PSD/CDS, das quais, ao contrário do que o governo pretende fazer crer, a diminuição de alunos é a que tem menos peso relativo. Corte de disciplinas e horas dos currículos, aumento do número de alunos por turma, aumento do horário dos docentes e manutenção de um clima de permanente instabilidade quanto às regras de aposentação, situação que por si só levou a que entre 2006 e 2012 se tivessem aposentado mais de 25 000 docentes, na maioria aposentações antecipadas. De notar que a quebra destes 25000 docentes dos quadros foi colmatada, até à data, por cerca de 5000 docentes que ingressaram nos quadros! Entretanto os dados dos concursos deste ano demonstram que a questão

da instabilidade e desemprego não diminuiu entre a classe docente: Quadros escola/agrupamento e QZP - não obtiveram colocação no concurso de mobilidade interna 1194 docentes, quando em 2014, no mesmo período, não tinham sido colocados 917 docentes.

Contratações - candidataram-se 26782, quando em 2010/11 o número de candidatos rondou os 45000. Dos docentes que se apresentaram a concurso, não manifestaram preferências 2775 e foram retirados por motivo de não aprovação na PACC, cerca de 1200. Foram colocados 3783 docentes, sendo 949 por renovação de contrato e 2834 por contratação inicial. Isto é, das cerca de 22800 candidaturas consideradas válidas pelo MEC, apenas 17% obtiveram colocação até ao dia 31 de agosto.

Também de acordo com dados do MEC ficaram por preencher pouco mais de 2000 horários que deverão ser preenchidos pela chamada “reserva de recrutamento”. À parte temos a famosa BCE - Bolsa de Contratação de Escola que, de acordo com dados do MEC, se traduz na realização de 7573 concursos geridos por 303 agrupamentos TEIP e/ou com Contratos de autonomia.

### **Que propostas tem o SPGL para as modalidades de concursos de colocação de professores?**

A linha orientadora da FENPROF para o regime de concursos de professores assenta, no essencial, na necessidade de estabilizar o corpo docente nas escolas e, em consequência defender a criação de vagas nos quadros de acordo com as necessidades destas e, claro, com base em critérios bem distintos dos que têm sido impostos, particularmente pelo governo de direita PSD-CDS. Sendo verdade que estamos com um deficit de população escolar, porque se aumentou o número de alunos necessários para constituir turmas? Não seria oportuno aproveitar esta conjuntura para criar melhores condições de trabalho e aprendizagem aos nossos alunos no sentido de diminuir efetivamente o insucesso escolar? Estas medidas, só por si, resolveriam boa parte dos problemas: os docen-

Sendo verdade que estamos com um deficit de população escolar, porque se aumentou o número de alunos necessários para constituir turmas? Não seria oportuno aproveitar esta conjuntura para criar melhores condições de trabalho e aprendizagem aos nossos alunos no sentido de diminuir efetivamente o insucesso escolar?

tes dos quadros obtinham horários e aproximavam-se das residências e os docentes contratados passariam a integrar os quadros, ficando de fora um número residual quando comparado com o que se passa atualmente!

### **Qual a posição do SPGL sobre a problemática da vinculação de professores?**

A vinculação dos docentes com três anos de serviço e, no imediato, a aplicação efetiva e integral da Diretiva Comunitária e não a aplicação de uma suposta “aproximação” para ganhar tempo...

### **Que repercussões têm na escola os problemas gerados em torno da colocação dos professores?**

Claro que os problemas são imensos. Uma coisa é preparar um ano escolar com a esmagadora maioria de docentes da “casa”; outra bem diferente é fazê-lo com os poucos, quantas vezes, mesmo muito poucos, docentes colocados. Até as ofertas curriculares ficam condicionadas porque, muitas vezes, as escolas são impedidas ou têm dificuldades em avançar com determinadas ofertas educativas quando não conhecem os docentes que vão ser colocados na escola ou, temem que nos anos seguintes, alguns dos docentes colocados num determinado ano possam não continuar, particularmente quando se trata de contratações. É tudo isto que se gere anualmente na Escola Pública que, apesar destes e de outros constrangimentos, continua a estar aberta a todos, fazendo o possível e, às vezes o impossível para responder com qualidade aos desafios com que se vê confrontada quotidianamente! ■

## Ano escolar 2015-2016

# Esclarecer, denunciar problemas e trabalhar no pós-eleições

## 12MEDIDAS PARA CONCRETIZAÇÃO IMEDIATA

A APRESENTAR  
AOS GRUPOS PARLAMENTARES  
E GOVERNO QUE SERÃO  
CONSTITUÍDOS APÓS  
AS ELEIÇÕES DE  
4 DE OUTUBRO



**Este ano letivo nasce marcado pela eminência de eleições. Ao nível de promessas, que se reportam a um “depois de”. De expectativas. Num quadro de graves problemas – impossíveis de escamotear - oportunamente lembrados pela FENPROF.**

**E**m conferência de imprensa, realizada dia 4 de setembro, com a presença de representantes dos diferentes sindicatos da FENPROF, Mário Nogueira deu conta da análise feita pelo Secretariado Nacional da situação e problemas da educação e das escolas. Com destaque para áreas como: colocação de professores e desenvolvimento de procedimentos concursais; Educação Especial (com indícios fortes de desrespeito pelas normas de constituição das turmas); falta de assistentes operacionais (está em causa uma lei “cega”, que ignora a tipologia das escolas); as escolas de ensino artístico, onde se fazem sentir situações muito complicadas. Realidades de que estão a ser feitos alguns levantamentos – com os professores e os diretores das escolas - a serem

divulgados a 21 de setembro, o último dia de abertura do ano letivo.

### Eleições e problemas de fundo

Num quadro de grandes problemas de fundo, e dando rosto a quem os protagonizou, a FENPROF destaca, nomeadamente, os mega-agrupamentos, as alterações curriculares, o congelamento de carreiras, a precariedade, o desemprego e, mais recentemente, a municipalização, a privatização.

Problemas que se prendem a uma política cujo sentido geral é o embaratecimento do ensino à custa, essencialmente, da redução dos recursos humanos.

No final desta legislatura as escolas têm menos 40 mil professores (ou seja, têm menos 30% dos professores que tinham em 2011, enquanto a redução do número de alunos foi de 10%). O que significa que a redução de professores resulta de políticas deliberadamente orientadas no sentido de provocar este embaratecimento.

Olhando para o programa eleitoral da atual coligação governamental, verifica-se que vem agora a segunda fase do projeto político. Nestes quatro anos o objetivo foi essencialmente reduzir os custos da educação – uma perda de cerca de 3 mil e duzentos milhões de euros.

Quatro anos de embaratecimento do sistema para a fase seguinte – da privatização, da desresponsabilização do Estado. Seria o tempo da privatização, o tempo da municipalização, que em muitos casos também se traduziria em privatização de uma forma indireta. Não é por acaso que está também inscri-

ta no programa eleitoral do atual governo a revisão da Lei de Bases do sistema educativo. Uma revisão, apresentada como “atualização”, em que o que está em causa é privatizar – ter contratos de desenvolvimento, contratos de associação, tudo o que é contratualização com os privados. Desde o pré-escolar, até às respostas profissionais, às respostas no âmbito da educação especial. O que não só atenta contra a Lei de Bases como contra a própria Constituição da República.

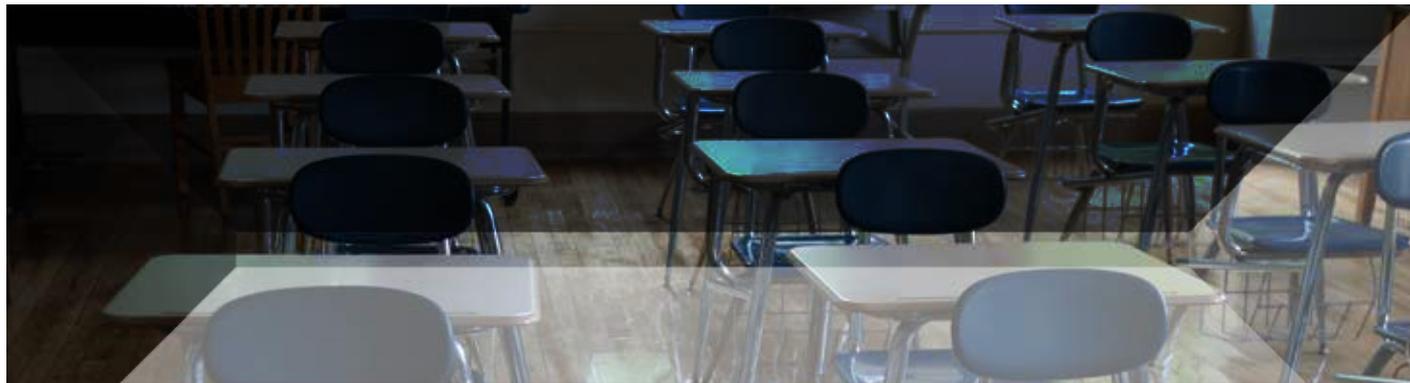
### Esclarecer e trabalhar no pós-eleições

Face a isto o Secretariado da FENPROF considera essencial, antes do mais, proporcionar aos professores elementos para um esclarecimento sobre as [políticas dos diferentes grupos parlamentares](#).

Simultaneamente – e desde já – trabalhar no pós-eleições. Assinalando o 5 de outubro – dia mundial dos professores – com as exigências a colocar ao futuro governo e aos futuros grupos parlamentares.

O Conselho Nacional da FENPROF irá reunir após as eleições e apresentará à nova equipa ministerial as reivindicações para a legislatura, dividindo-as em dois grupos. As que poderão ser resolvidas no curto-médio prazo e as que são de resposta mais complexa e para que se poderá ir abrindo caminho ao longo da legislatura.

Entretanto, e desde já, há um conjunto de [12 medidas](#), que a FENPROF considera como sendo as medidas de concretização imediata. ■



## Abertura do ano letivo 2015/2016

FENPROF EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

# Nem o arranque tardio disfarça os problemas

Este ano, os responsáveis do MEC não irão pedir desculpa, mas irão sair, o que é mais importante.

Na esmagadora maioria das escolas portuguesas, as aulas iniciam-se hoje, dia 21 de setembro. Um início que, assinala-se, é o mais tardio dos 15 anos que já leva este século XXI. Teria sido possível, mesmo com o calendário fixado para este ano pelo MEC, as escolas abrirem no mesmo dia do ano passado: 15 de setembro. Mas isso não aconteceu, por duas razões principais: por um lado, este ano, tal como o ano passado, em 15 de setembro o MEC ainda não tinha criado as condições necessárias para que as escolas pudessem iniciar a atividade; por outro, porque existe uma legítima falta de confiança por parte das escolas em relação aos responsáveis do MEC e, portanto, não arriscaram abrir antes da data limite estabelecida.

**É** evidente que a realização de eleições em breve, estando já a decorrer a campanha eleitoral, obrigou o governo e a sua maioria a tomarem medidas excecionais, e esta foi uma delas: aproximar o mais possível a abertura das aulas da data das eleições e, dessa forma, encurtar o tempo e, assim, a possibilidade de os problemas ganharem grande visibilidade, pois estes tornam-se muito mais visíveis depois de as escolas já terem iniciado as atividades com os seus alunos.

Com as portas das escolas abertas e os alunos lá dentro, esperam agora os governantes que os problemas, que também lá estão, não se notem cá fora: *turmas com muitos alunos, algumas ultrapassando os limites legalmente estabelecidos; alunos sem apoios, seja de docentes ou de outros técnicos e sem alguns professores; falta de funcionários, quer porque a lei é desajustada, quer porque os concursos para a contratação de assistentes operacionais só agora estão a decor-*

*rer; dificuldades que resultam da organização em mega-agrupamento; falta de horas para projetos educativos que seriam fundamentais para a promoção do sucesso escolar e para o combate ao abandono; condições e horários de trabalho dos professores completamente desajustados em relação à natureza pedagógica da atividade que desenvolvem, entre muitos outros.*

### ● Educação Especial e apoio a alunos com necessidades educativas especiais

A FENPROF realizou um levantamento, recolhendo dados de diversas escolas e agrupamentos do país, tendo tido a preocupação de efetuar essa recolha em todas as regiões do continente e está em condições de afirmar que, este ano, o problema mais grave identificado nesta abertura de ano letivo tem a ver com as dificuldades crescentes de resposta a nível da **Educação Especial e apoio a alunos com necessidades educativas especiais**: faltam docentes, faltam técnicos diversos, são, por norma, desrespeitados os limites estabelecidos para a constituição de turmas em que estão matriculados alunos com necessidades educativas especiais (NEE). A situação

é de tal ordem preocupante, pondo em causa a própria capacidade da escola em promover uma educação inclusiva, que a FENPROF decidiu aprofundar este levantamento. Na próxima semana, serão divulgados os resultados que, infelizmente, deverão confirmar um problema que se considera gravíssimo. Para se perceber a sua dimensão, há um agrupamento em Barcelos com vinte e quatro turmas que, apesar de integrarem alunos com NEE, têm mais de vinte alunos; em Aveiro há um com 18 turmas nestas condições e outro com dezasseis; em Coimbra e em Viseu com treze. Relativamente ao limite de dois alunos com NEE nas turmas, o desrespeito pela regra legal que vigora também se transformou em norma.

### ● Falta de assistentes operacionais

Outro problema com que as escolas se confrontam neste arranque de ano é o da **falta de assistentes operacionais**. Por um lado, como se sabe, o ratio estabelecido em lei e os critérios para a colocação são manifestamente insuficientes; por outro, apesar de o governo ter permitido a contratação de assistentes operacionais, os concursos só foram lançados na semana passada e o processo de recrutamento ainda decorre. Continuam também as escolas a ter de recorrer aos contratos de emprego e inserção (CEI) para satisfazerem as suas necessidades e garantirem o normal funcionamento.

O agrupamento de Escolas de Mirandela, por exemplo, necessitaria de mais quinze assistentes operacionais, o de Carregal do Sal necessitaria de dez, o mesmo número que em Gondomar, no Agrupamento de Santa Bárbara. Faltam oito em Torre de Moncorvo e sete em Barcelos (Agrupamento Alcaldes de Faria). Sendo estes os casos em que o número é mais elevado, a falta de três, quatro ou cinco assistentes operacionais é problema comum a muitas escolas, em alguns casos sendo trabalhadores para setores específicos que poderão não funcionar (pavilhão gimnodesportivo, biblioteca, jardins de infância ou escolas do 1.º Ciclo que não têm qualquer funcionário e ainda

para vigilância, o que significa que há aspetos de segurança que poderão estar postos em causa).

Há ainda casos em que os assistentes operacionais em falta são para executar tarefas extremamente exigentes, como acontece em Pombal, onde faltam dois assistentes operacionais para apoio à unidade de multideficiência, ou, em Penedono, para acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais.

### ● Colocação de professores

Problema que, o ano passado, atingiu a dimensão de tragédia, foi o da **colocação de professores**. Devido a um incompreensível e inaceitável erro técnico, o MEC instalou a confusão na colocação de professores, tendo havido escolas com turmas que só praticamente no final do primeiro período conseguiram ter colocados todos os seus professores. Mas o problema não foi apenas o erro, sendo que este o agravou. O problema principal é que o MEC, ao longo da atual Legislatura, tem vindo a atrasar a colocação dos docentes das listas nacionais de colocação e, ao mesmo tempo, a insistir teimosamente na colocação, em mais de trezentas escolas, através das chamadas bolsas de contratação de escola (BCE) que, está provado, atrasam em cerca de três semanas a contratação dos docentes. A prova de que as colocações, mais uma vez, se atrasaram, foi que no dia 16, com apresentação nas escolas até 18, ainda foram colocados 2.404 professores, os quais, por só agora serem colocados, estão hoje a iniciar a sua atividade com os alunos, sem terem podido participar em todo o trabalho de preparação do ano letivo, que é importantíssimo.

Para se perceber a preocupação das escolas com este atraso, no passado dia 17, quinta-feira, ainda faltavam: em Montalegre (Agrupamento Bento da Cruz), 3 professores afetando 14 turmas; em Vieira do Minho, no Agrupamento Vieira de Araújo, os 5 docentes que faltavam tinham implicação em 18 turmas; no Agrupamento Afonso III, em Faro, faltavam 5 afetando 15 turmas; em Monchique, outros 5 afetando, também, 15 turmas; em Góis, no distrito de

Coimbra, os 7 docentes em falta afetavam 40 turmas. A falta de professores, no passado dia 17, há apenas dois dias úteis, fazia-se sentir em praticamente todo o país: de Mirandela, onde a falta de 5 professores se repercutia em 19 turmas, a Vila Real de Santo António, em cujo Agrupamento havia 57 turmas afetadas pela falta de 17 professores. Sendo estes os extremos do território continental, a FENPROF tem dados que confirmam que o atraso na colocação de professores voltou a verificar-se este ano, só disfarçado pelo facto de o ano letivo, na prática, só hoje se iniciar. Iremos ver agora, porque com o início das aulas essas faltas são mais notadas, quantos alunos chegarão ao final de setembro ainda sem os professores todos

### ● Há mais 413 professores no desemprego que em 2014/15

Relativamente à colocação de professores, há ainda a referir que, este ano, comparando as colocações feitas com as do ano anterior, no mesmo momento, há menos 413 docentes contratados, o que significa que **há mais 413 professores no desemprego**, que se juntam ao imenso contingente de desempregados, que atinge cerca de 20.000 docentes, havendo mais 11.000 professores e educadores que simplesmente deixaram de se candidatar, provavelmente, desistindo da profissão.

Em 2014/15, no conjunto “Contratação inicial e renovações (primeiro momento de contratação) + RR 2 (segundo momento) + RR3, BCE e CE (terceiro momento)” foram colocados 8.468 docentes. Neste ano, a RR1 não colocou docentes para contratação.

Em 2015/16, no conjunto “Contratação inicial e renovações (primeiro momento de contratação) + RR 1, BCE e CE (segundo momento) + RR 2, BCE e CE (terceiro momento)” foram colocados 8.055 docentes.

### ● Mais 6% de docentes com horário-zero

Relativamente aos docentes que ainda se mantêm com **horário-zero**, comparando também os momentos do ano

2014/15 com o que agora se inicia, há um aumento de cerca de 6%, passando-se de 373 na RR2 para os atuais 395 após a RR2 deste ano escolar. Falta saber se as orientações do MEC, este ano, após o dia 4 de outubro, serão tão generosas como foram o ano passado. A FENPROF insiste que, para desaparecer os horários-zero das escolas, bastaria aplicar a estes docentes, com menos de 6 horas letivas na sua escola, as normas aplicáveis a quem, tendo mais de 6 horas, completa o seu horário com outras atividades. A atual equipa do MEC até chegou a acordo com as organizações sindicais nesse sentido, mas nunca respeitou o que acordou.

### ● Outros problemas sinalizados pelas escolas e pelos professores

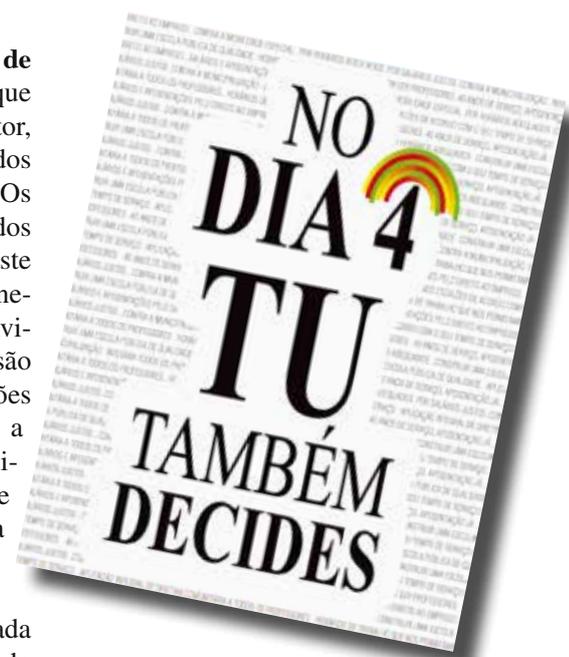
Outros problemas foram sinalizados pela FENPROF e os seus Sindicatos nesta abertura de ano letivo, como, ainda, o **encerramento de escolas e jardins de infância** (só em Braga, o MEC encerrou doze jardins de infância e onze escolas do 1.º Ciclo), **a implementação do Inglês no 1.º Ciclo**, onde parece haver uma certa desorientação em aspetos como o departamento a que pertencem estes docentes, como deslocar e/ou pagar as deslocações aos docentes entre escolas do agrupamento e mesmo o horário em que o Inglês deverá ser lecionado.

Mas o **1.º Ciclo do Ensino Básico**, na sua globalidade, constitui um problema gravíssimo, com o MEC a demitir-se das suas responsabilidades ao nível da organização do setor e as situações a revelarem-se absolutamente desiguais, indo desde o regime de monodocência pura e dura à pluridocência assumida. Também quando se trata de coadjuvação, a aplicação deste modelo, em muitos agrupamentos, faz-se com o professor coadjuvante a trabalhar sem a presença do titular de turma que, naquele tempo, foi “desviado” para outras atividades. O que é certo é que a maior parte das situações “originais” que se vivem um pouco por todo o país tiveram, quase sempre, a mesma consequência: o agravamento do horário de trabalho dos professores.

**Horário de trabalho e condições de trabalho**, em geral, são problemas que não se confinam a um ou outro setor, mas atingem os docentes de todos os setores de ensino e educação. Os horários de trabalho são já hoje um dos principais fatores de enorme desgaste dos docentes, com a falta de horas necessárias às escolas para todas as atividades a que estão obrigadas, a pressão que sobre elas exercem as delegações regionais da DGEstE (ex-DRE) e a forma como são desenvolvidas muitas ações inspetivas nas escolas e agrupamentos, fazem com que seja “normal” haver atividades letivas na componente de estabelecimento dos docentes e que esta seja desrespeitada na sua duração, nomeadamente quando o professor entra em formação, já para não falar das intermináveis e, muitas delas, inconsequentes reuniões a que o professor está obrigado.

### ● Dentro de nove dias úteis há eleições, delas se esperando que resultem condições para uma alteração profunda nas políticas para a Educação e o país

Nesta abertura do ano letivo, não se poderia ignorar que, dentro de nove dias úteis, contados a partir de amanhã, há eleições. Delas, espera a FENPROF que resultem duas consequências: a derrota da atual maioria, cuja ação governativa tem vindo a afetar muito negativamente a Educação e a Escola Pública em particular, com cortes brutais, superiores a três mil milhões de euros nestes quatro anos. Delas resultaram maiores dificuldades para a organização e funcionamento das escolas, muito desemprego e instabilidade para os profissionais e algumas quebras de qualidade do ensino, designadamente decorrentes do empobrecimento imposto aos currículos escolares. Algumas das medidas concretizadas, recorde-se, não foram sequer novas, tendo o governo que cessa funções optado pelo aprofundamento de medidas que herdou de governações anteriores. Mas não bastará castigar com a derrota a atual maioria, é necessário também derrotar políticas que, a concretizarem-



se, agravarão ainda mais os problemas. Políticas em que cabem, por exemplo, o processo de municipalização da Educação, já em curso em quinze municípios e que deverá ser suspenso, a entrega a operadores privados, através de contratos, de respostas que as escolas públicas estão em condições de dar ou a extinção, por asfixia financeira, do ensino artístico no nosso país. E é este sentido de mudança e por estes objetivos que a FENPROF se associa a todos quantos apelam a uma grande participação dos portugueses, também dos professores, como é evidente, no ato eleitoral.

*A concluir, há uma certeza que fica: este ano, não iremos assistir a qualquer sessão parlamentar em que o ministro Nuno Crato pedirá desculpa aos pais, aos professores e ao país. Não pela falta de motivos para o fazer, mas porque a Assembleia da República já não reunirá até às eleições. Mas há um facto que, queira ou não, se verificará: irá partir. Tal saída poderá não ser condição suficiente para uma grande mudança na Educação, mas é, sem dúvida, condição necessária. A quem lhe suceder, a FENPROF apresentará, logo que tome posse, um documento com doze medidas que considera urgentes e deverão ser tomadas de imediato. A sua concretização será um bom ponto de partida para o futuro. ■*

Porto, 21 de setembro de 2015

O Secretariado Nacional

# E se o CCT AEEP/FENPROF caducar?



Foto: morguetrefreephotos

**A**proveitando a política de destruição da contratação coletiva e diminuição dos direitos de quem trabalha intencionalmente prosseguida pelo (ainda) governo, a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) resolveu “denunciar” o CCT celebrado com a FENPROF em 2011, ao mesmo tempo que celebrou com a FNE um novo CCT cujo clausulado agrava substancialmente as condições de trabalho dos docentes deste setor de ensino. Há que dizê-lo com clareza: a FNE prestou-se a assinar um CCT que envergonha qualquer dirigente sindical que tenha um mínimo de dignidade. A FNE não fez mais do que “dar cobertura” ao

ataque da AEEP contra os professores e educadores.

A FENPROF rejeitou esse acordo, esforçando-se, de forma laboriosa, persistente e honesta, por acordar com a AEEP um novo CCT que salvaguardasse no essencial os direitos dos professores e educadores e fosse aceitável também pela entidade patronal. A AEEP, porém, nunca se colocou numa posição negocial, aproveitando a cobertura que o acordo celebrado com a FNE lhe proporciona.

O processo ainda não está concluído. Mas há que considerar a possibilidade de a Direção Geral de Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) decidir no sentido da caducidade. Se

tal vier a acontecer, os sindicatos da FENPROF lutarão nos tribunais contra tal decisão, que nos parece legalmente contestável. De qualquer modo, os docentes não devem “entrar em pânico” nem deixar-se influenciar pelas vozes do patronato, mesmo que disfarçadas de vozes sindicais. Em vários campos, o acordo AEEP/FNE é pior do que o Código de Trabalho e até por esse motivo os docentes não o devem aceitar. Sobre esta questão consulte o documento “[Contrato Coletivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo – Informação aos Professores](#)” na página do SPGL. Uma informação mais pormenorizada sobre a situação pode ser lida em [www.spgl.pt](http://www.spgl.pt). ■



# Protestos, com música

## Em defesa do ensino artístico

Largas dezenas de professores e alunos do ensino artístico especializado (EAE) participaram na concentração, dia 18, frente ao MEC, em Lisboa, num eloquente protesto – em que a música esteve sempre presente - contra um modelo de financiamento que se traduz numa redução do número de alunos (e de professores) nesta área. Pondo em causa a democratização do ensino artístico. E, refletindo – como os múltiplos cartazes na concentração expressavam – um menosprezo, a nível governamental, pelo próprio ensino artístico.

O projeto do ensino artístico especializado enfrenta hoje um momento particularmente difícil. A poucos dias do arranque do novo ano letivo, milhares de alunos foram retirados do ensino artístico especializado por falta de financiamento estatal.

Em Portugal existem apenas seis conservatórios públicos, que não conseguem dar resposta à necessidade de uma oferta mais abrangente. Esta oferta formativa é assim garantida também por 97 escolas privadas através de financiamento do Ministério da Educação e Ciência (MEC), cujas regras foram alteradas este ano.

Como sublinha a FENPROF, no documento divulgado na concentração, o ensino artístico articulado visou a sua democratização, procurando integrá-lo

no ensino básico regular.

Os alunos do ensino articulado estão dispensados de algumas disciplinas do plano de estudos normal, que são substituídas por outras de formação musical, asseguradas por professores dos conservatórios que, na maior parte dos casos, se deslocam às escolas que os alunos frequentam.

É este modelo - que, como afirma a FENPROF, “tem vindo a revelar-se muito frutífero, tanto na dinamização cultural do país, como no desenvolvimento cognitivo e no desempenho académico dos alunos envolvidos” – que é assim abalado. Um levantamento feito pela Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo junto de 30% das escolas dá conta de menos 2519 alunos apoiados em relação ao ano passado. Em causa está ainda a

criação de novas classes, fundamental para a continuidade do próprio projeto. Face a este quadro negativo e de grande complexidade, a FENPROF coloca algumas exigências: que o MEC honre os compromissos assumidos, garantindo que todos os alunos já financiados mantenham a possibilidade de terminar a sua formação; que seja equacionado o financiamento dos alunos de iniciação, que foram selecionados após várias atividades artístico-pedagógicas; reclama a manutenção dos três escalões de financiamento, tendo em conta a profissionalização e a antiguidade dos professores; exige maior transparência na atribuição das verbas, ressaltando que os cortes chegaram, em alguns casos, aos 40%, não permitindo a continuidade de alunos do ensino básico articulado. ■



Foto: morguefile/freephotos

## Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa

**N**ós, os delegados do 8º Congresso de Apoio Educacional Inclusivo, que teve lugar em Lisboa, de 26 a 29 de julho de 2015, reafirmamos o nosso compromisso em trabalhar cooperativamente para a promoção de sistemas educacionais equitativos, em todo o mundo. Desta forma, apoiamos a declaração de Incheon [“Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”](#), acordada no Fórum Mundial de Educação, em maio de 2015, declaração esta que estabelece uma agenda política internacional para os próximos 15 anos.

Mais especificamente, comprometemo-nos a enfrentar todas as formas de exclusão e marginalização, disparidades e desigualdades no acesso, participação e resultados da aprendizagem. Desta forma, o nosso objetivo é assegurar que a [agenda “Educação para Todos”, das Nações Unidas](#), seja efetivamente para todos, promovendo

o desenvolvimento de uma educação inclusiva.

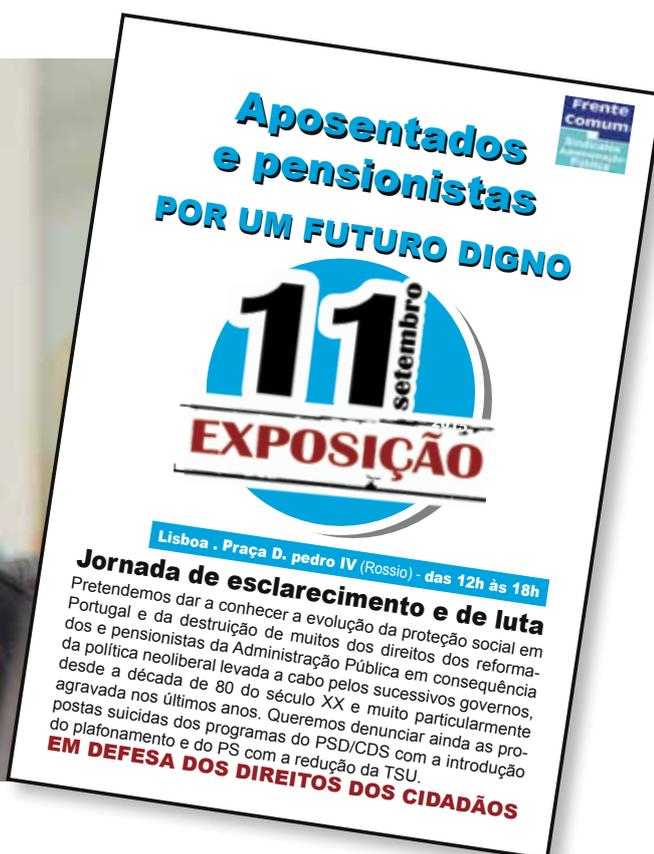
Acreditamos que os caminhos a percorrer em direção às escolas inclusivas podem ser justificados em diferentes níveis. Primeiro, existe uma justificação educacional: a ambição das escolas inclusivas de educar todas as crianças conjuntamente significa que estas escolas devem desenvolver formas de ensino que respondam às diferenças individuais e, assim, beneficiem todas as crianças, rejeitando a classificação dos alunos em “normais” e “especiais”. Em segundo, há uma justificação social: as escolas inclusivas são capazes de mudar atitudes face à diferença, ao educarem todas as crianças conjuntamente e, desta forma, constroem a base para uma sociedade acolhedora, participativa, justa e não-discriminatória. Em terceiro lugar, há uma justificação económica: é, evidentemente, menos dispendioso estabelecer e manter escolas que eduquem conjuntamente todas as crianças, em lugar de esta-

belecer um sistema complexo de diferentes tipos de escolas especializadas em diferentes grupos de crianças.

Todos estes aspetos implicam mudanças significativas nas atitudes e práticas a todos os níveis dos sistemas educativos. Consequentemente, o sucesso destas reformas dependerá de uma vontade coletiva para as fazer acontecer. Nós, delegados reunidos em Lisboa, apelamos a todos os responsáveis de políticas educacionais, que tomem medidas concretas, de forma a encorajar a participação e o sucesso na educação, a providenciar apoio inclusivo à aprendizagem, a respeitar e valorizar as diferenças e promover comunidades abertas, onde a aprendizagem com sucesso seja possível para todas as nossas crianças e jovens. ■

Departamento de Professores e Educadores aposentados

# Aposentados e Pensionistas Por um futuro digno



A Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, de que faz parte o nosso Departamento, realizou no passado dia 11 de setembro, na Praça do Rossio, uma jornada de esclarecimento e luta em defesa dos direitos dos aposentados. Esta jornada de luta, que contou com a exibição de uma exposição e a realização de um debate público, teve como principal objetivo dar a conhecer a evolução da proteção social em Portugal e as consequências da desastrosa política de destruição dos direitos dos reformados e pensionistas da Administração Pública levada a cabo pelos últimos governos.

No final do debate foi aprovado um Manifesto com as reivindicações dos aposentados que será entregue

a todos os partidos concorrentes às eleições de 4 de outubro de forma a que todos conheçam o que rejeitamos e o que defendemos.

Os aposentados da Administração Pública rejeitam: o congelamento e a redução do valor das pensões; o valor das pensões mínimas - pouco mais de €00,00; o agravamento das condições de acesso à reforma; a aplicação do fator de sustentabilidade, que tem conduzido a uma redução drástica do valor das pensões desde 2008; a degradação dos serviços públicos na saúde, na segurança social, na educação, etc.; os falsos argumentos do governo sobre a sustentabilidade da Segurança Social, bem como qualquer corte no sistema de pensões.

As propostas eleitorais apresentadas por PSD, CDS e PS apontam para a continuidade e até o agravamento da

situação dos aposentados: a continuidade da sobretaxa; o aumento dos impostos, designadamente do IVA; a continuidade dos cortes nas pensões; o plafonamento e a redução da Taxa Social Única (TSU), entre outras.

Os docentes aposentados têm lutado firmemente e continuarão a lutar, em conjunto com todos os pensionistas, contra todas as medidas que têm vindo a agravar as suas condições de vida, em defesa do direito a pensões dignas, em defesa da CGA e do sistema público, universal e solidário da Segurança Social, em defesa não só dos seus direitos como dos direitos das futuras gerações.

É preciso lutar pela salvaguarda dos nossos direitos e por um futuro digno! ■



# Amnistia Internacional: Educação para os Direitos Humanos

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Esta máxima de Nelson Mandela poderia por si só definir o projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos, um projeto global da Amnistia Internacional que a Secção Portuguesa trouxe para Portugal há dois anos.

Numa Escola Amiga dos Direitos Humanos, os direitos e as responsabilidades estão integrados em todas as áreas da vida escolar. Os jovens e as suas comunidades aprendem o que são os direitos humanos ao pô-los em prática diariamente. Com uma abordagem baseada na educação para os direitos humanos que envolve a escola inteira, tanto as escolas como os jovens se tornam potenciais catalisadores de mudança nas comunidades onde estão inseridos.

É este o desafio aceite por seis escolas do país que gradualmente têm vindo a construir o seu percurso no sentido de se tornarem “amigas dos direitos humanos”. Tal implica reformular e adaptar regras, práticas e vivências, tornando

do a escola mais plural, participativa, diversa e inclusiva contando para tal com o envolvimento de toda a comunidade escolar: alunos, encarregados de educação, professores e pessoal não docente.

Através da intervenção em quatro eixos estratégicos: governança, relações entre a comunidade escolar, currículo e atividades extracurriculares e ambiente escolar, pretende-se promover a participação de todos, capacitando para uma cidadania mais ativa, incentivando a partilha de responsabilidades, uma liderança aberta e democrática, e a aprendizagem dos valores dos direitos humanos.

A prevenção de problemas relacionados com a discriminação e desigualdades, tantas vezes na origem de situações de *bullying*, é uma situação à qual temos dado especial atenção.

Por este motivo lançámos um desafio adicional às mesmas escolas: que integrassem o projeto “*Stop Bullying! Uma abordagem baseada nos direitos humanos para combater a discriminação nas escolas*”, com a duração de dois anos, até setembro de 2016.

O *bullying* é um fenómeno social que

acontece em qualquer parte do mundo, em particular com crianças e jovens em contexto escolar. Revela-se como um dos mais marcantes conflitos do nosso quotidiano, que quando mal resolvidos nas mentes dos jovens podem deixar marcas permanentes, e em situações mais extremas poderá conduzir a tentativas de suicídio ou mesmo à morte.

Este projeto pretende contribuir para a redução do *bullying* e das atitudes discriminatórias em quatro países europeus (Itália, Polónia, Irlanda e Portugal), através da capacitação das comunidades escolares com mecanismos de prevenção e sensibilização adequados, que possibilitem a resolução de problemáticas emergentes relacionadas com o *bullying* e a discriminação entre jovens em contexto escolar.

Mais informação em <http://tinyurl.com/o5rc9pb> e <http://tinyurl.com/qae6pq6>

Escolas Amigas dos Direitos Humanos “STOP Bullying!”

Luisa Marques e Nelson Lima  
Amnistia Internacional Portugal

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos  
**SÓCIOS**

## Contacte-nos



SPGL  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
•Tel: 213819100  
•Fax: 213819199  
•spgl@spgl.pt  
•Direcção: spgl@spgl.pt  
•www.spgl.pt

**Serviço de Apoio a Sócios**  
•TEL: 21 381 9192  
•apoiosocios@spgl.pt

**Serviço de Contencioso**  
•TEL: 21 381 9127  
•contencioso@spgl.pt

**Serviços Médicos**  
•TEL: 21 381 9109  
•servmedicos@spgl.pt

**Serviços (seguros, viagens, etc.)**  
•TEL: 21 381 9100  
•servicos@spgl.pt

**Centro de Documentação**  
•TEL: 21 381 9119  
•fenprof@fenprof.pt

**Direcção Regional de Lisboa**  
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100  
Fax: 213819199  
drlisboa@spgl.pt

**Direcção Regional do Oeste**  
•**Caldas da Rainha**  
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B  
2500-329 Caldas da Rainha  
Tel: 262841065 Fax: 262844240  
caldasrainha@spgl.pt  
•**Torres Vedras**  
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,  
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634 Fax: 261314906  
torresvedras@spgl.pt

**Direcção Regional de Santarém**

•**Abrantes**  
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B  
2200-397 Abrantes  
Tel: 241365170 Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt

•**Santarém**  
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.  
2000-232 Santarém  
Tel: 243305790 Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt

•**Tomar**  
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196 Fax: 249322656  
tomar@spgl.pt

•**Torres Novas**  
R. Padre Diamantino Martins,  
lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734 Fax: 249824290  
torresnovas@spgl.pt

**Direcção Regional de Setúbal**

•**Setúbal**  
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º  
2900-218 Setúbal  
Tel: 265228778 Fax: 265525935  
setubal@spgl.pt

•**Barreiro**  
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c  
2830-336 Barreiro  
Tel: 212079395 Fax: 212079368  
barreiro@spgl.pt

•**Almada**  
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813 Fax: 212722865  
almada@spgl.pt

E S P A Ç O ●



## ESPAÇO ANTÓNIO BORGES COELHO (ABC)

Continuaremos neste ano letivo a utilizar este interessante espaço da sede do SPGL para atividades de natureza diversa. Independentemente de uma mais pormenorizada calendarização, que está a ser ultimada, registem já nas vossas agendas:

**5 de novembro, 18h30:**

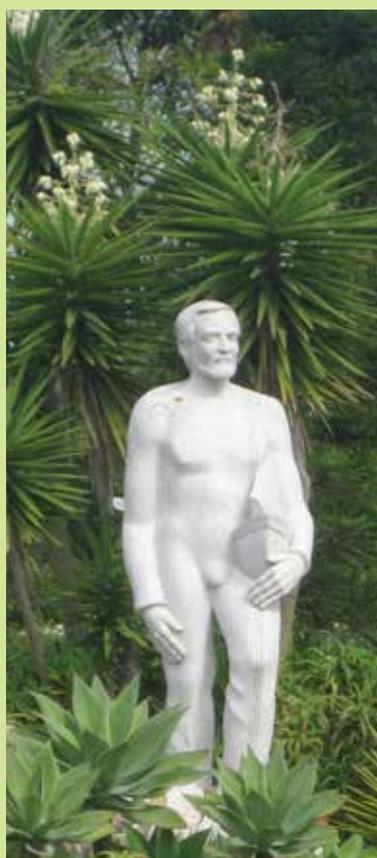
“O ENSINO DO PORTUGUÊS  
COMO LÍNGUA NÃO MATERNA”  
– pelo professor João Segura.

**11 de dezembro:**

Abertura de uma exposição de pintura de professores das nossas escolas. Para apresentar os seus trabalhos deverá enviar por email a sua proposta para [spgdir@spgl.pt](mailto:spgdir@spgl.pt), ao cuidado de Marcos Pinheiro, até 15 de novembro. ●



## “O MEU LIVRO QUER OUTRO LIVRO...”



Iniciámos este ano letivo com um passeio ao Parque dos Poetas, em Oeiras, no dia 9 de setembro. Éramos 51 e ali recordámos os Poetas do séc. XX. Lemos os seus poemas, cantámos as suas canções, observámos as suas estátuas, lembrámos as suas vidas e as suas mensagens...

No final do mês de setembro e início de outubro realizaremos a “ROTA DOS ESCRITORES” desde Leiria até Vila Real. Visitaremos Francisco Rodrigues Lobo, Eça de Queirós, Acácio de Paiva, Afonso Lopes Vieira, Miguel Torga, Eugénio de Andrade, Guerra Junqueiro, António Nobre, Ramalho Ortigão, José Régio, Camilo Castelo Branco, Teixeira de Pascoas e João de Araújo Correia.

Retomaremos na segunda quinzena de outubro as sessões no Espaço ABC.

# Exercício de funções não docentes: condições de progressão e acesso

**N**esta rubrica vão dar-se a conhecer quais as situações e em que condições é que o exercício de outras funções pelo pessoal docente é salvaguardado, para efeitos de contagem do tempo de serviço para progressão e acesso na carreira.

● O artigo 38º do Estatuto da Carreira (doravante ECD), determina **que todo o serviço** que é prestado pelo pessoal docente em cargos ou funções cujo regime legal preveja a salvaguarda na carreira de origem **é equiparado a serviço efetivo em funções docentes** (a título de exemplo podemos enunciar, neste caso, o exercício de cargos políticos, de funções dirigentes nos termos da lei geral, de funções de dirigente sindical, etc.). O ECD vem prever ainda que estes docentes são avaliados, pela menção qualitativa que lhe tiver sido atribuída na última avaliação de desempenho. Contudo, o mesmo ECD vem ainda possibilitar que estes mesmos docentes solicitem a sua avaliação, através de ponderação curricular nas seguintes situações: na falta da última avaliação de desempenho, no caso de pretendem a alteração desta última e no caso da não verificação do requisito mínimo para serem avaliados enquanto permaneçam em situação de ausência de serviço (cfr. Artigo 40º, nºs 6 e 9). A título informativo, é oportuno referir que o regime da avaliação por ponderação curricular se encontra previsto no Despacho Normativo nº 19/2012, publicado no DR, II Série, de 17/08/2012.

● O ECD enuncia ainda outras situações em que, não exercendo funções docentes, o pessoal docente pode ver o respetivo tempo de serviço contado como serviço docente efetivo. Tais situações encontram-se enunciadas no artigo 39º do mesmo ECD e são as correspondentes aos períodos referentes a **requisição, destacamento e comissão de serviço**, no exercício de funções não docentes que revistam natureza técnico-pedagógica (cfr. Artigos 67º, 68º e 70º do ECD). Contudo, este preceito legal

exige ainda, como requisito para tal contagem, que os referidos períodos referentes à mobilidade no exercício dessas funções não excedam dois anos do módulo de tempo de serviço que for necessário para tais efeitos de progressão com avaliação de desempenho igual ou superior a BOM.

Voltando ao requisito do exercício de funções que revistam natureza técnico-pedagógica é importante esclarecer que a correspondente definição legal de tais funções se encontra contida neste mesmo preceito legal (artigo 39º do ECD) como sendo as que "... pela sua especialização, especificidade ou especial relação com o sistema de educação e ensino requerem como condição para o respetivo exercício, as qualificações e exigências de formação própria do pessoal docente". As funções ou cargos a integrar neste conceito encontram-se fixadas na Portaria nº 343/2008, de 30 de abril, com aditamento previsto na Portaria nº 966/2009, de 25 de agosto. Contudo, para este efeito, o legislador destes diplomas legais apenas identificou as funções e cargos em questão que tenham sido exercidas, **em regime de requisição**, nos serviços e organismos centrais e regionais do Ministério da Educação e Ciência (artigo 67º, nº 1 do ECD) e nas "Comissões de Proteção de Crianças e Jovens", nos "Centros de Novas Oportunidades", nas "Associações Científicas de Professores", nos "Serviços de Pediatria de Centros de Saúde ou Hospitais" e para efeitos de "Trabalho direto com Crianças e Jovens no âmbito do Instituto de Reinserção Social" (artigo 67º, nº 2 do ECD). E isto, porque as funções e cargos em **regime de destacamento e comissão de serviço** se encontram expressamente identificados nos preceitos legais relativos a estes mesmos regimes de mobilidade (artigos 67º e 68º do ECD).

Aproveita-se para lembrar que, para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre esta questão, poderão os docentes dirigir-se ao Departamento de Apoio a Sócios do SPGL. ■

5<sup>out</sup>

# Dia Mundial 2015 do(a)s Professore(a)s



*Dar força aos professores,  
por uma sociedade  
mais justa e sustentável*



[www.worldteachersday.org](http://www.worldteachersday.org)  
#worldteachersday



Organisation  
des Nations Unies  
pour l'éducation,  
la science et la culture



Educación Internacional  
Internationale de l'Éducation  
Internacional de la Educación  
Bildung International

